

Figueiredo: Carta não impede golpe

Para ele, Forças Armadas podem intervir quando acharem que é hora



O ministro visitou ontem o túmulo de Tancredo em São João del-Rei

Brossard faz advertência aos constituintes

Depois de um longo período de silêncio político, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, advertiu ontem os constituintes sobre os riscos de se adotar no País um sistema híbrido de Governo. Brossard, adepto do parlamentarismo puro, fez a advertência em discurso na histórica cidade de São João del-Rei, onde recebeu o título de cidadão honorário. Foi o primeiro pronunciamento político do ministro desde que assumiu o cargo há um ano e meio. Além de mandar seu recado aos constituintes, o ministro fez um balanço do Governo e criticou a ferocidade de pequenos grupos que têm apelado para a violência, procurando o caminho do retrocesso.

O discurso do ministro foi redigido de próprio punho e acertado previamente com o presidente José Sarney. Ele gastou boa parte da semana preparando o texto, de 10 páginas, recheado de expressões eruditas e de citações clássicas. Brossard foi buscar inspiração no apóstolo do parlamentarismo, Raul Pilla, para recomendar aos constituintes o sistema parlamentar, na visão de seu mestre, o mais adiantado, o mais moderno e o menos imperfeito dos modelos sob os quais a democracia representativa é praticada. Mas o ministro advertiu: a não ser adotado integralmente, com suas singelíssimas regras que asseguram o equilíbrio efetivo entre os poderes, antes não adotá-lo.

Mas Brossard não se li-

mitou, no discurso, a falar sobre o parlamentarismo. Ele fez um balanço da ação do Governo, lembrando que em dois anos e meio, não houve um dia em que o País deixasse de progredir no sentido da normalização institucional, não se registrando sequer um retrocesso. O ministro atribuiu a isso, "não só a forte corrente de opinião a assegurar a passagem difícil do estado autoritário para o democrático, mas a solidariedade, sem falhas, das Forças Armadas, interessadas, como a Nação, em que o Brasil se normalizasse sem fraturas e sem ressentimentos."

O ministro identifica também manifestações de falsa democracia, "como se nada tivesse sido alcançado nestes 30 meses de novo Governo". Para o ministro, elas partem de grupos minúsculos, mas de marca da exacerbação, que trocaram a divergência política e discussão educada pelo apuro organizado e tribal. Uma manifestação mais aguda desse fenômeno, citou o ministro, foi a agressão ao presidente Sarney e ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

"Isso não acontece por geração espontânea, é produzido por substâncias preparadas", alertou Brossard, concluindo o seu discurso com uma afirmação categórica: "Se muito não falta, muito foi reconquistado, e essa reconquista é a base para novas e maiores aquisições sociais e políticas."

Porto Alegre — Independente do que estabelecer a nova Constituição sobre o papel das Forças Armadas, o ex-Presidente da República, João Baptista Figueiredo, advertiu que se elas tiverem de intervir na política brasileira o farão mesmo que o novo texto impeça, ele até admitiu que este tipo de iniciativa poderá provocar acusações de que os militares são contra a Constituição, mas isso não o preocupa, pois defendeu, no caso de isso ocorrer, uma nova alteração no teor constitucional.

Figueiredo afirmou que o risco de intervenção não depende do que estará na carta, mas sim "o que estiver escrito no coração de cada brasileiro". Ele chegou ao Estado no início da tarde de ontem para uma visita a amigos e também para dar uma palestra na Federação das Associações Comerciais (Federasul). Recebido por cerca de 60 pedessistas, o ex-presidente deu uma rápida entrevista coletiva à imprensa antes de se dirigir ao Hotel Plaza San Rafael, onde se hospedou.

Na rápida entrevista que deu na sala vip do aeroporto, Figueiredo criticou a proposta de delegar aos três poderes a competência de solicitar a interferência

das Forças Armadas. Explicou que não gostou da idéia, prevendo que tal dispositivo poderá provocar conflitos e impasses quando, por exemplo, o Presidente da República desejar convocar os militares, e tal iniciativa não seja aceita pelo legislativo ou pelo Supremo Tribunal Federal.

O ex-presidente defendeu que o papel das Forças Armadas deve ser o mesmo definido na atual Constituição, admitindo, porém, a reformulação do texto de defesa dos poderes constitucionais em vez de poderes constituídos. Figueiredo classificou a anistia como um dos temas mais difíceis da atual Constituinte, salientando que no caso de ela ser concedida, os militares reintegrados teriam de ser ressarcidos, mas observou que as forças armadas têm direito de não receber pessoas sem condições de exercer seus cargos.

Negou que pretenda voltar à política, afastando qualquer possibilidade de disputar outro cargo eletivo. Esquivou-se de manifestar preferência por um candidato à presidência, brincando até ao afirmar que apenas apoiaria Jesus Cristo. "Este candidato" fazendo muito esforço, em sua opinião, "conseguiria endireitar o Brasil".

Apoiou as iniciativas de organizar o centro, enfatizando que tal medida é uma "boa solução para obter um equilíbrio de forças contra os extremistas".

Figueiredo classificou de "preocupante" a atual situação brasileira, alertando que dependerá das autoridades a tarefa de afastar a possibilidade de um retrocesso institucional. Ele prefere o presidencialismo ao parlamentarismo, por acreditar que tal sistema se adapta mais à realidade brasileira — compatível com o nível de instrução do povo e a organização partidária muito frágil. Afirmou temer que está certo um dos ministros do atual Governo que disse que o País não atravessa um período de transição mas de transação.

No Hotel Plaza San Rafael, Figueiredo comentou o estado de saúde do general Golbery do Couto e Silva, chefe de seu Gabinete Civil. Lembrou que as condições dele não são boas, mas que tem feito preces para que "deus permita que Golbery faça um esforço sobre-humano e contorne esta crise que através sa". O ex-presidente acredita que se Golbery morrer, "fará muita falta ao Brasil".

O Planalto semeia a confusão, diz Scalco

O deputado Euclides Scalco, líder interino do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, lembrou ontem o resultado da Convenção Nacional do partido sobre mandato presidencial, para advertir ao presidente José Sarney que ele poderá ser novamente derrotado, agora em relação ao sistema de governo.

% A advertência de Scalco se deve à tática adotada pelo Palácio do Planalto, de semear a confusão entre os constituintes, com o presidente José Sarney manifestando posições diversas sobre sistema de governo aos integrantes da Aliança Democrática que o visitam.

O deputado Euclides Scalco observou que o Palácio do Planalto adotou a mesma tática antes da Convenção Nacional do PMDB, ora dizendo que a votação sobre o mandato deveria ser secreta outras vezes defendendo a votação aberta. Acabou sendo derrotado em seu desejo de ver o mandato definido em cinco anos, já que o PMDB

resolveu não decidir a questão, deixando a sob a exclusiva responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte.

O líder interino do PMDB acha que a prática do Planalto só prejudica o trabalho dos que estão empenhados em elaborar o texto constitucional, deixando confusos até mesmo os aliados do Presidente na defesa do presidencialismo, já que muda constantemente de posição, o que impede que as negociações avancem para um acordo.

Scalco não acredita nas informações de que a tese em favor do presidencialismo estaria praticamente vitoriosa, observando que, só dentro do PMDB, os parlamentaristas são cerca de dois terços. Ele estava ontem animado com a possibilidade de que o Partido dos Trabalhadores reveja sua posição, passando também a defender o parlamentarismo.

O Diretório Nacional do PT se reúne sábado e do-

mingo próximos, e o tema principal é exatamente o sistema de governo. Atendendo a requerimento da deputada Irma Passoni, o presidente do partido, Luis Inácio Lula da Silva, colocará a matéria em discussão. Lula é parlamentarista.

REUNIÃO

O deputado Euclides Scalco reuniu ontem em sua casa, durante toda a tarde, um grupo de trabalho para analisar o último substitutivo do relator Bernardo Cabral, especialmente a questão relativa ao sistema de governo: "Aqui foi unanimidade — queremos o parlamentarismo permanente".

Participaram da reunião os deputados Luiz Henrique, José Serra, Arthur da Távola, Otávio Elísio, Antônio Brito e o senador Fernando Henrique Cardoso. Eles participariam, mais tarde, de outra reunião, na casa do deputado Ulysses Guimarães.

PLENÁRIO

Regime e anistia dominam os debates

A questão do sistema de Governo — presidencialismo ou parlamentarismo — continua no centro dos debates na Comissão de Sistematização. Alheios à evidência de que, a esta altura dos trabalhos constitucionais, todos os membros da comissão e a grande maioria dos constituintes já têm posição fechada em relação ao assunto, os oradores alternam-se na tribuna com os mais variados e até insólitos argumentos em favor de um ou outro sistema.

O deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) é um dos que tem primado pela originalidade ao defender o presidencialismo. Bocayuva costuma iniciar sua argumentação afirmando aos seus colegas constituintes que eles podem achar que o PDT quer o presidencialismo porque é o sistema mais adequado ao projeto de Leonel Brizola para chegar à presidência.

Depois do comentário aparentemente óbvio, Bocayuva garante que para Brizola o parlamentarismo, e não o presidencialismo, é o sistema mais conveniente. E justifica de forma surpreendente sua afirmação: "Com o parlamentarismo, Brizola se elegerá presidente com facilidade e vai replantar o presidencialismo no País. Ele já fez isso uma vez, com Jango, tem até know-how", lembra Bocayuva.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA), defensor do parlamentarismo, rebateu os argumentos de que o parlamentarismo do povo é

enganado por eleger um presidente da República sem poderes. "No presidencialismo é que o povo é ludibriado, porque eleger um verdadeiro imperador que durante o período do mandato pode fazer praticamente tudo, tal a soma de poderes concentrada em suas mãos".

Gerson Peres disse, ainda, não entender porque os presidencialistas não querem aceitar a proposta de parlamentarismo apresentada pelo relator Bernardo Cabral, na sua opinião ate bastante moderada.

ANISTIA

O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) voltou a pedir rigor na apuração das causas do acidente que derrubou o avião em que viajava o ministro Marcos Freire e defendeu a anistia "ampla, geral e irrestrita".

A anistia ampla aos militares que tiveram seus direitos cassados em 64 também foi defendida pelos deputados Haroldo Sabóia (PMDB-MA) e Mário Lima (PMDB-BA). Mário Lima lembrou que em 64 era funcionário da Petrobrás, e foi demitido por abandono de emprego quando "era público e notório" que ele estava preso em Fernando de Noronha. A comissão que estudou posteriormente a reintegração dos afastados na época não lhe concedeu a anistia com o argumento de que Mário Lima havia sido demitido em processo regular, por abandono de emprego.

"Um operário da articulação"

Há pouco mais de dois meses, quando assumiu a coordenação do "Grupo do Consenso", acrescentando mais uma tarefa à sua agenda — ele é 1º secretário da Executiva Nacional do PMDB e 1º vice-líder na Constituinte — Euclides Scalco foi procurado pelo jornal "A Folha de S. Paulo", para matéria de página inteira. Não quis. Não tinha direito a aparecer, argumentou, em função do trabalho de todo um grupo.

Assim é o substituto do assessor Mário Covas na liderança do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte. Um homem que, segundo seus amigos, evita ofuscar-se com as luzes da validade política, para não comprometer o trabalho que executa com a competência de "um operário especializado": a articulação.

Farmacêutico-químico de profissão, por vocação, político, Euclides Scalco tem por característica a discrição, aliada a uma "enorme capacidade de trabalho", o que o faz sempre requisitado pelas "cigarras" do

PMDB, ele que é considerado uma "formiga" — silenciosa, mas de uma eficiência valiosa.

Não é à toa que carrega o respeito das maiores estrelas do partido, e transita com facilidade nos círculos delimitados pelo brilho de Mário Covas e José Richa, de quem foi chefe da Casa Civil, no Paraná: "Trata-se de um companheiro da maior competência, da maior seriedade, espírito públi-



Euclides Scalco

co e capacidade de trabalho. Posso dar esse depoimento, porque pude contar com ele no meu governo".

O deputado Egidio Ferreira Lima, talvez um dos homens de maior formação política dentro do PMDB, credita, em grande parte, ao trabalho discreto de Euclides Scalco, "o importante papel político que José Richa teve durante sua administração".

Para o constituinte pernambucano, Scalco "é um cara cerebral, um social-democrata que age de maneira muito discreta, mas com uma presença efetiva nos bastidores". Além disso, Egidio Ferreira Lima o vê como "um homem sério, de formação cristã, que circula com grande facilidade em todos os setores do PMDB".

O paranaense Hélio Duque — Scalco é gaúcho, mas sua carreira política está baseada no Paraná — tem o líder interino do PMDB na Constituinte como "um símbolo de coerência e de dignidade, um dos políticos mais sérios que conheço".

Lourenço desabafa contra indefinição do Presidente

Cansado de sucessivas reuniões em que, como acentuou, nada se decide, o líder José Lourenço (BA) condenou, ontem, a indecisão do Presidente da República ao afirmar que "ninguém sabe o que ele quer; de manhã ele diz para um que só aceita o presidencialismo, à tarde se entende com outro em torno do parlamentarismo".

Lourenço, até o momento o fiel defensor do presidencialismo, assustou com seu desabafo, sendo cercado por deputados do PFL. A seu ver, a imagem do Congresso com tantas conversas e adiamentos está ficando ruim perante o povo. "E capaz desta Constituição só sair no meio do ano que vem" — observou.

CONFIANÇA

Enquanto Lourenço estava irritado, o líder do PFL

no Senado, Carlos Chiarelli (RS), parlamentarista, mostrava-se sorridente. Não deu nenhuma importância à informação de que o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) ouvira do Presidente da República poucas horas antes, a declaração enfática de que se decidira pelo presidencialismo e não aceitava novos entendimentos.

Chiarelli garantia que havia "novas conversas". A última fórmula, que estava sendo acertada, era a de implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1990, quando terminará o mandato do presidente José Sarney. Isso será melhor do que a forma gradativa porque se o Governo não resolver a econômico-social, a culpa não recairá sobre o parlamentarismo.

"Na campanha os candidatos a Presidente não po-

derão culpar nenhum primeiro-ministro e nem defender o presidencialismo. O povo pode votar no Brizola mas estará torcendo pelo parlamentarismo, que terá de ser um sistema puro, com dissolução da Câmara e voto distrital" — comentou.

CANSAÇO

Após tomar conhecimento de sucessivas reuniões de grupos e subgrupos (participando de uma delas com a cúpula do PFL) e mantido vários contatos com o Planalto, José Lourenço estava, no final da tarde, muito angustiado com o quadro.

"Não quero mais saber dessas reuniões. Há conversa de mais e não se resolve nada. O povo já está cansado das articulações" afirmou Lourenço.